

PROVA PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS 2025

1. O Departamento de Contabilidade do Poder Executivo do Estado de Alagoas, ao consultar o relatório de arrecadação de julho de 2025 observou que houve R\$ 900.000,00 registrados como Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), que já haviam sido objeto de lançamento tributário no início do exercício financeiro. Diante dessa situação, é correto afirmar que deverão ser efetuados os lançamentos contábeis em quais naturezas da informação, conforme o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):
 - a. Orçamentária e de controle, apenas.
 - b. Orçamentária financeira e de custos.
 - c. Patrimonial, orçamentária e de controle.
 - d. Patrimonial, financeira e de compensação.
 - e. Patrimonial e financeira, apenas.
2. A consolidação das contas públicas nacionais por meio da agregação dos dados dos balanços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios compete:
 - a. À Secretaria do Tesouro Nacional.
 - b. Ao Banco Central do Brasil.
 - c. Ao Tribunal de Contas da União.
 - d. À Controladoria-Geral da União.
 - e. Ao Conselho Federal de Contabilidade.
3. O superávit financeiro é uma das fontes para abertura de créditos adicionais, em qual demonstração contábil aplicada ao setor público é feita a apuração do superávit financeiro?
 - a. Demonstração dos fluxos de caixa.
 - b. Balanço patrimonial.
 - c. Balanço financeiro.
 - d. Demonstração de origem e aplicação dos recursos.
 - e. Demonstração das variações patrimoniais.
4. Em contabilidade geral o plano de contas é o conjunto de contas, diretrizes e normas que disciplinam as operações do setor de contabilidade, objetivando a padronização dos registros contábeis. As contas que registram as transações relacionadas com as despesas, custos e receitas são chamadas contas:
 - a. De controle.
 - b. De superávit.
 - c. De detalhamento.
 - d. De compensação.
 - e. De resultado.
5. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Integram o patrimônio líquido:

- a. Os recursos mantidos no caixa da empresa.
 - b. As receitas antecipadas.
 - c. O capital social.
 - d. Os resultados diferidos.
 - e. O passivo circulante.
- 6. Numa aquisição de compra de mercadorias para revenda, sem incidência de tributos, sendo metade à vista e metade a prazo, qual alternativa apresenta corretamente o registro da operação no livro diário:**
- a. Débito: Estoque de Mercadorias / Débito: Fornecedores a Pagar / Crédito: Caixa e Equivalentes de Caixa.
 - b. Débito: Estoque de Mercadorias / Crédito: Fornecedores a Pagar / Crédito: Caixa e Equivalentes de Caixa.
 - c. Débito: Custo da Mercadoria Vendida / Débito: Fornecedores a Pagar / Crédito: Caixa e Equivalentes de Caixa.
 - d. Débito: Custo da Mercadoria Vendida / Crédito: Fornecedores a Pagar / Crédito: Caixa e Equivalentes de Caixa.
 - e. Débito: Estoque de Mercadorias / Débito: Caixa e Equivalentes de Caixa / Crédito: Fornecedores a Pagar.
- 7. Segundo o MCASP 11ª Edição, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC):**
- a. Deve ser elaborada pelo método direto.
 - b. Deve ser elaborada pelo método indireto.
 - c. Pode ser elaborada tanto pelo método direto quanto indireto.
 - d. É de apresentação facultativa para as empresas públicas estatais não dependentes.
 - e. É de apresentação obrigatória apenas para as entidades da administração direta.
- 8. Em 2023, o Tribunal de Justiça adquiriu um equipamento por R\$ 10.000,00, sabendo-se que ele tem vida útil de 10 (dez) anos e que seu valor residual é de 5% do custo inicial de aquisição. Qual valor da depreciação em 2025, utilizando o método da linha reta?**
- a. R\$ 600,00.
 - b. R\$ 500,00.
 - c. R\$ 950,00.
 - d. R\$ 800,00.
 - e. R\$ 850,00.
- 9. De acordo com o MCASP 11ª Edição, no que se refere às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, analise as assertivas abaixo:**
- () O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º nível – Subgrupo ou 4º nível – Título). Os saldos das contas

intragovernamentais deverão ser excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente.

() O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

() O objetivo principal do Balanço Financeiro é evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando assim, a apuração do resultado financeiro do exercício. Nesse sentido, ressalta-se que o Indicador de Superávit Financeiro (ISF) não foi criado para subsidiar a elaboração do Balanço Financeiro, logo este demonstrativo não conterá todas as contas contábeis de natureza patrimonial com ISF.

() O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, considerando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- a. V - F - V - F.
- b. F - F - F - F.
- c. F - V - F - V.
- d. V - V - V - V.
- e. V - F - F - F.

10. Uma entidade pública, para estimular a prática de exercícios físicos dos habitantes da cidade, instalou equipamentos em praças públicas.

Os custos de preparação do local foram de R\$ 20.000,00. Já os equipamentos custaram R\$ 90.000,00, enquanto os custos de instalação e montagem foram, respectivamente, de R\$ 8.000,00 e R\$ 3.000,00.

Qual opção indica o valor contabilizado como Ativo Imobilizado pela entidade?

- a. R\$ 121.000,00.
- b. R\$ 118.000,00.

- c. R\$ 113.000,00.
- d. R\$ 110.000,00.
- e. R\$ 90.000,00.

11. Devido a divergências políticas entre o governador e a Assembleia Legislativa do Estado X, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 não foi aprovada até o fim de 2024. Após o recesso parlamentar, a votação foi retomada, e a LOA de 2025 só foi aprovada em 31/01/2025, ou seja, um mês após o início do exercício financeiro.

Considerando as regras do ciclo orçamentário, é correto afirmar que:

- a. O orçamento aprovado deverá ser executado até o encerramento de 2025.
- b. O orçamento será executado até janeiro de 2026, para cumprir a regra da anualidade.
- c. O gestor pode solicitar créditos adicionais para o mês sem orçamento aprovado.
- d. As metas fiscais definidas na LDO para o exercício de 2025 deverão ser ajustadas.
- e. As despesas de janeiro de 2025 foram contingenciadas.

12. As competências do Poder Executivo em relação ao orçamento público são as seguintes:

- a. Aprovação do projeto da lei orçamentária e veto das emendas não cabíveis.
- b. Elaboração de emendas e aprovação do projeto da lei orçamentária.
- c. Elaboração da proposta orçamentária e publicação da lei aprovada.
- d. Aprovação da lei orçamentária e sua sanção para publicação.
- e. Proposição de emendas ao projeto de lei e discussão no plenário.

13. Os créditos adicionais que não exigem indicação da origem dos recursos nem autorização legislativa prévia, podendo criar ou reforçar dotações orçamentárias, são chamados de:

- a. Operacionais.
- b. Suplementares.
- c. Especiais.
- d. Ordinários.
- e. Extraordinários.

14. O orçamento anual de uma entidade do setor público foi alterado por meio dos seguintes créditos adicionais:

- Destinado à aquisição de uniformes escolares, não prevista no orçamento por falha de planejamento: R\$ 30.000,00.
- Destinado ao reforço de dotação orçamentária: R\$ 60.000,00.

- Destinado a despesa de calamidade pública decorrente de desastre natural: R\$ 90.000,00.
- Destinado a despesa de calamidade pública decretada por conta de pandemia: R\$ 110.000,00.

Assinale a opção que indica o total dos créditos adicionais extraordinários.

- a. R\$ 90.000,00.
- b. R\$ 110.000,00.
- c. R\$ 150.000,00.
- d. R\$ 200.000,00.
- e. R\$ 230.000,00.

15. A respeito do tratamento contábil dos tributos nas contratações realizadas pelo Poder Judiciário do Estado de Alagoas, assinale a alternativa correta:

- a. O imposto de renda retido na fonte constitui receita própria do Poder Judiciário.
- b. O ISSQN retido pelo Poder Judiciário deve ser recolhido ao município competente.
- c. A contribuição previdenciária retida deve ser repassada à Secretaria de Fazenda do Estado.
- d. As retenções de tributos federais são incorporadas automaticamente ao orçamento da União sem necessidade de recolhimento.
- e. As taxas são sempre de competência da União.

16. De acordo com a Lei Estadual nº 5.887/1996, que instituiu o Fundo Especial de Modernização do Poder Judiciário – FUNJURIS, as receitas que o compõem incluem:

- a. Somente recursos oriundos do tesouro estadual.
- b. Taxas judiciárias, custas processuais e outras receitas vinculadas ao Poder Judiciário.
- c. Contribuições voluntárias de magistrados e servidores.
- d. Exclusivamente transferências da União.
- e. Recursos provenientes de doações privadas, com exclusão de receitas públicas.

17. A Lei Estadual nº 6.687/2006 instituiu o Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – FUNDESMAL. Entre suas finalidades, destaca-se:

- a. Financiar a modernização tecnológica dos cartórios judiciais.

- b. Garantir o pagamento de verbas salariais a servidores e magistrados.
- c. Custear atividades de ensino, pesquisa e extensão da Escola Superior da Magistratura.
- d. Manter os prédios e instalações físicas do Poder Judiciário.
- e. Financiar exclusivamente concursos públicos para servidores do Judiciário.

18. A Lei nº 14.133/2021 estabelece diferentes modalidades de licitação, mas nem todas são previstas na norma. Assinale a modalidade que não faz parte da lei:

- a. Concorrência.
- b. Pregão.
- c. Concurso.
- d. Diálogo competitivo.
- e. Tomada de preços.

19. O presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJAL), buscando cortar gastos, quer reduzir a conta de energia elétrica do Judiciário. Para isso, o TJAL lançou uma licitação em que vence quem apresentar o projeto com maior economia financeira. Os participantes devem propor soluções para diminuir o custo com energia, e o pagamento será feito com base na economia gerada: quanto mais o TJAL economizar, maior será o valor recebido pelo contratado. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), o tipo de contrato que será assinado entre o TJAL e o vencedor da licitação é:

- a. Contrato de eficiência.
- b. Contrato de concessão.
- c. Termo de parceria.
- d. Contrato de gestão.
- e. Acordo de cooperação técnica.

20. No Microsoft Excel, existe uma ferramenta que ajuda a calcular, resumir e analisar os dados, facilitando a visualização de comparações, padrões e tendências. Qual dessas opções possui essas funções?

- a. Plano de fundo.
- b. Tabela Dinâmica.
- c. Linha de Assinatura.
- d. Validação de dados.
- e. Classificar por cor.